



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682585 - BA (2021/0233837-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : M O S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de M O S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8022675-68.2021.8.05.0000).

O paciente foi representada pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 217-A, do CP, sobrevivendo sentença que lhe impôs medida socioeducativa de internação por tempo indeterminado, oportunidade em que foi determinada a execução provisória.

O impetrante sustenta que a execução provisória da sentença de primeiro grau seria ilegal.

Afirma que se há possibilidade de conferir efeito suspensivo ao recurso, a execução provisória da medida socioeducativa dependeria de fundamentação concreta do magistrado, o que não teria ocorrido no caso.

Ressalta que o paciente respondeu ao processo em liberdade, inexistindo notícia de seu envolvimento em outro ato infracional nos mais de 2 anos em que permaneceu solto.

Argumenta que as medidas socioeducativas deveriam apresentar relação de contemporaneidade com o ato infracional, a fim de não perderem o seu caráter sociopedagógico, salientando que, na espécie, a internação seria não apenas extemporânea, mas desproporcional e desnecessária.

Alega que seria contraditório a autoridade impetrada defender a execução provisória com fundamento na intervenção precoce quando o processo permaneceu paralisado aguardando julgamento por quase 2 anos.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente aguarde em liberdade o trâmite do julgamento do recurso de apelação já interposto nos autos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA.
FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE
MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE
INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA

N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a manutenção da internação do paciente, nos seguintes termos (fls. 38-39):

É cediço que a obtenção da medida liminar, em sede de habeas corpus, é medida absolutamente extraordinária, cabível quando, em sede de juízo superficial, reste cabalmente demonstrada a apontada ilegalidade do ato combatido, bem como evidenciados, de forma efetiva, o periculum in mora e o fumus boni iuris, pressupostos que autorizam o deferimento da tutela de urgência pretendida.

Sucedem que em sede de análise perfunctória, como ora se apresenta, não vislumbro a presença dos requisitos essenciais à concessão da liminar, eis que o conjunto fático probatório não demonstra, de forma contundente, a configuração de flagrante constrangimento ilegal.

Consta dos autos que o Ministério Público estadual ofereceu representação em face do Paciente, pela prática de ato infracional equiparado ao crime previsto artigo 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável).

Extraí-se da inicial acusatória, constante no ID 17371344 que entre os anos de 2016 a 2018, o adolescente/representado, por diversas vezes e de forma continuada, constrangeu sua irmã, de apenas 10 anos de idade à época do início dos fatos, e com ela praticou diversos atos libidinosos e conjunções carnavais, no interior da residência da família, aproveitando-se das ocasiões em que ambos ficavam sozinhos, do que resultou uma gravidez.

Nota-se, ab initio, que a medida de internação foi

determinada por sentença datada de 20/07/2021, assim fundamentada:

“Diante da gravidade concreta do ato, as circunstâncias do ato infracional, a tenacidade da vítima, as consequências,, observando-se a gradação legal do artigo 112 c/c o art. 122, I, ambos do ECA, revela-se adequada a aplicação de medida socioeducativa de internação.

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado na representação, e, em consequência, aplico ao Representado M. O. S. a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, por prazo indeterminado (até três anos), com fulcro no art. 122, I, da Lei 8.069/90, por ser a mais adequada ao presente caso e que atende à finalidade da Lei, com reavaliação semestral mediante apresentação de relatórios técnicos elaborados pela Unidade competente (CASE/SSA).

Expeça-se imediatamente guia de execução provisória de medida socioeducativa nos termos do art. 39 e seus incisos, da Lei 12.594/2012, art. 10, da Resolução de nº 165/2012, do CNJ e no art.

1º do Provimento de nº 08/2011, da CGJBA, no que couber, remetendo-se ofício para a 5ª Vara da Infância e Juventude desta Comarca, para os devidos fins.

Tendo em vista que a eg. Terceira Seção do STJ, no julgamento do HC 346.380/SP, de 13/04/2016, pacificou o entendimento de que é possível a execução imediata de medida socioeducativa de internação antes do trânsito em Julgado, pois eventual apelo deverá ser recebido apenas no efeito devolutivo, e, em atenção ao princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, DETERMINO o imediato encaminhamento da representada para iniciar o cumprimento da medida ora aplicada.” (ID 17371345 – fls.85/90)

Em que pese a argumentação expendida, entendo que não está evidenciada ilegalidade flagrante a autorizar o deferimento liminar, pois não há nos autos elementos aptos a demonstrar, de plano, o constrangimento ilegal, tampouco dano psicológico irreparável ao adolescente, em decorrência da execução da medida socioeducativa de internação.

Com efeito, a procedência da representação com

imposição da medida socioeducativa de internação e determinação de recolhimento provisório equivale à concessão de tutela antecipada em sentença, sendo escorreito, a priori, o recebimento da apelação no efeito devolutivo, unicamente.

Outrossim, impende considerar que a medida socioeducativa não representa punição, mas mecanismo de proteção ao adolescente e à sociedade, de natureza pedagógica e ressocializadora, de modo que, ao menos neste momento, não se vislumbra a alegação de ofensa ao princípio da presunção de inocência, insculpido no artigo 5º, LVII, da Constituição Federal, em decorrência de sua imediata execução.

Por tais razões, entendo prudente, manter a internação do Paciente até que sejam prestadas as devidas informações pelo Juízo a quo.

Desta forma, não reconheço, ao menos em exame prefacial, próprio deste momento processual, a presença de elementos eloqüentes a ensejarem o deferimento da liminar, na forma requerida.

Ressalte-se que:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. [...] EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

[...]

3. Hipótese em que a decisão agravada expressou entendimento quanto ao tema no sentido de que "(...) a Terceira Seção desta Corte, nos autos do HC n. 346.380/SP, na sessão de julgamento do dia 13/4/2016, firmou o entendimento de que condicionar a execução da medida socioeducativa ao trânsito em julgado da sentença que acolhe a representação constitui verdadeiro obstáculo ao escopo ressocializador da intervenção estatal, além de permitir que o adolescente permaneça em situação de risco, exposto aos mesmos fatores que o levaram à prática infracional, (...) " (HC 453.335/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/09/2018).

4. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no HC 501.164/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 30/04/2019)

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica do pleito formulado e reforça-se a impossibilidade de processamento desta impetração.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência